

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



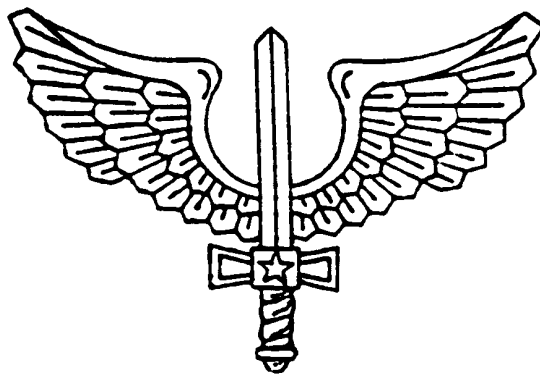
PLANEJAMENTO

PCA 11-350

**PLANO DE ATIVIDADES DO SISTEMA DE
PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO COMANDO DA
AERONÁUTICA PARA O ANO DE 2021**

2021

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA**



PLANEJAMENTO

PCA 11-350

**PLANO DE ATIVIDADES DO SISTEMA DE
PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO COMANDO DA
AERONÁUTICA PARA O ANO DE 2021**

2021



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA

PORTARIA DIRINFRA Nº 5/PLOP, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2021.

Aprova a reedição do Plano de Atividades do Sistema de Patrimônio Imobiliário do Comando da Aeronáutica para o ano de 2021.

O DIRETOR DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, previstas no inciso I do Art. 9º do Regulamento da Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 168/GC3, de 30 de janeiro de 2019, publicada no BCA nº 019, de 04 de fevereiro de 2019, resolve:

Art.1º Aprovar a reedição do PCA |11-350 “Plano de Atividades do Sistema de Patrimônio Imobiliário do Comando da Aeronáutica para o ano de 2021”.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente a sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DIRINFRA nº 13/PLOP, de 08 de outubro de 2019, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 183, de 10 de outubro de 2019, que aprovou a edição do Plano de Atividades do Sistema de Patrimônio Imobiliário do Comando da Aeronáutica para o ano de 2020.

MajBrigEng**Jorge** Luiz Cerqueira Fernandes
Diretor de Infraestrutura da Aeronáutica

(Publicada no BCA nº 047, de 11 de março de 2021).

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1 <u>FINALIDADE</u>	7
1.2 <u>ÂMBITO</u>	7
1.3 <u>LEGISLAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO BÁSICA</u>	7
1.4 <u>CONCEITUAÇÃO</u>	7
1.5 <u>ZONEAMENTO</u>	8
2 TAREFAS E ATRIBUIÇÕES	10
2.1 <u>PLANO DE REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS - LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS</u>	10
2.2 <u>REVERSÃO DE IMÓVEIS À SCGPU</u>	10
2.3 <u>TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL</u>	11
2.4 <u>ZONEAMENTO ADMINISTRATIVO</u>	12
2.5 <u>CERCAMENTO, GUARDA E MANUTENÇÃO</u>	12
2.6 <u>VISITA DE INSPEÇÃO AOS DTINFRA</u>	13
2.7 <u>CURSO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO</u>	14
2.8 <u>PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS</u>	14
2.9 <u>MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS</u>	14
2.10 <u>ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE OBRAS E PATRIMÔNIO (SISOP)</u>	15
2.11 <u>ATUALIZAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO SISPAT</u>	16
2.12 <u>OUTRAS AÇÕES PRIORITÁRIAS NO ÂMBITO DA DIRINFRA/DTINFRA</u>	16
2.13 <u>PERMUTA POR OBRAS A CONSTRUIR</u>	17
3 DISPOSIÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21
Anexo A – Transferência de Responsabilidade Patrimonial	22
Anexo B – Plano de Regularização de Imóveis Jurisdicionados ao COMAER	25
Anexo C – Transferência de Responsabilidade Patrimonial	26
Anexo D – Simplificação do processo de reversão de imóveis à SCGPU	27
Anexo E – Suspensão do Zoneamento Administrativo dos Imóveis da União, administrados pelo COMAER	29
Anexo F – Relação de tombos para Levantamento Topográfico, por DTINFRA, para o ano de 2021	30
Anexo G – Relação de Imóveis do COMAER para início da Reversão à SCGPU, no ano de 2021	39
Anexo H – Relação de necessidades de Guarda, Manutenção e Segurança de imóveis do COMAER	40

PREFÁCIO

O Patrimônio Imobiliário da União tem papel essencial na estratégia de desenvolvimento do país na medida em que provê o insumo fundamental – espaço físico – para assentamento das ações e projetos de interesse público.

As constantes transformações vivenciadas pela economia mundial, nas últimas décadas, têm levado os gestores públicos e privados a envidar esforços no sentido da racionalização e simplificação dos processos, da promoção de ajustes nas arquiteturas funcionais de suas Organizações e do aperfeiçoamento da Gestão Patrimonial, com vistas a otimizar a aplicação dos recursos financeiros disponíveis.

É neste cenário que o Sistema de Patrimônio Imobiliário (SISPAT) ganha notoriedade e se insere no contexto do gerenciamento dos imóveis administrados pelo COMAER, com destaque às competências de incorporação e regularização do domínio dos bens patrimoniais imóveis, sua adequada destinação, controle, guarda e fiscalização.

Neste sentido, a implementação de planos de otimização e de melhor aproveitamento das áreas de responsabilidade administrativa do COMAER, visando à obtenção da máxima eficiência de sua utilização, demanda ações efetivas para o aprimoramento funcional do uso de tombos, áreas e instalações, sempre em consonância com os interesses constitucionais de preparo e emprego da Força Aérea Brasileira.

Verifica-se, portanto, a necessidade de planejar, no âmbito do COMAER, as atividades a serem desenvolvidas e coordenadas pela Divisão de Patrimônio Imobiliário (DPI) da Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (DIRINFRA), junto aos Elos do Sistema, em consonância com as competências previstas e definidas no Capítulo I do ROCA 21-69/2019.

É nesse pensamento que a DIRINFRA, como Órgão Central do SISPAT, de forma a nortear as atividades que serão realizadas pela DPI e demais Elos do Sistema, divulga o Plano de Atividades do SISPAT para o ano de 2021.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

O presente Plano tem por finalidade definir e priorizar as atividades que serão desenvolvidas pela DIRINFRA e os DTINFRA, no âmbito do Sistema de Patrimônio Imobiliário da Aeronáutica, para o ano de 2021.

1.2 ÂMBITO

Este Plano aplica-se à DIRINFRA e aos DTINFRA.

1.3 LEGISLAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO BÁSICA

1.3.1 Portaria nº 674/GC3, de 5 de maio de 2014 – Reformula o Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica;

1.3.2 NSCA 87-1/2019 – Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica;

1.3.3 DCA 87-3/2018 – Gestão Patrimonial dos Bens Imóveis;

1.3.4 DCA 19-6 - Diretriz de conclusão do projeto piloto e preparação para a fase 2 do aprimoramento da reestruturação do COMAER;

1.3.5 ROCA 21-69/2019 – Regulamento da Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica;

1.3.6 RICA 21-257/2017 – Regimento Interno da Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica;

1.3.7 ICA 87-7/2019 – Controle, Administração e Gestão do Patrimônio Imobiliário Administrado pelo Comando da Aeronáutica;

1.3.8 Ofício circular nº 2/DPI/7854, de 13 SET 2018 (Anexo A) – Transferência de responsabilidade patrimonial;

1.3.9 Ofício circular nº 1/DPI/13548, de 8 ABR 2019 (Anexo B) – Plano de Regularização de Imóveis jurisdicionados ao COMAER;

1.3.10 Ofício nº 6/DPI/18053, de 20 AGO 2019 (Anexo C) – Transferência de Responsabilidade Patrimonial;

1.3.10.1 Ofício nº 9/DPI, de 19 FEV 2020 (Anexo D) - Simplificação do processo de reversão de imóveis à SCGPU;

1.3.11 Ofício nº 54/DPI, de 22 JUN 2020 (Anexo E) – Zoneamento Administrativo dos imóveis da União sob administração do COMAER - Suspensão.

1.4 CONCEITUAÇÃO

Dentre as conceituações elencadas na ICA 87-7/2019, de 19 AGO 2019, para este PCA destacam-se as que seguem.

1.4.1 BENFEITORIAS

São construções de valor, incorporadas pelo homem permanentemente ao solo, de modo que não se possa retirá-las sem destruição, modificação, fratura ou dano.

1.4.2 IMÓVEL COMPARTILHADO

Expressão usada pelo Sistema de Patrimônio Imobiliário do COMAER para caracterizar um imóvel sob responsabilidade patrimonial de uma OM, utilizado por mais de uma OM, outro Órgão da Administração e/ou Concessionárias, com delimitação de responsabilidade administrativa por meio de Plano de Diretor / Plano de Zoneamento.

1.4.3 RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

É a responsabilidade decorrente do cargo, função ou situação que ocupa o Agente da Administração no exercício da gestão da coisa pública.

Diz respeito às medidas necessárias no sentido de garantir a guarda, a conservação e a manutenção em boas condições de uso dos bens da União, além de prover o apoio necessário ao responsável patrimonial para os atos inerentes à legalização, regularização, cadastro e demais providências. A responsabilidade administrativa é intrínseca ao Agente Diretor da OM.

1.4.4 RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

Diz respeito ao encargo atribuído ao Agente da Administração para que promova a preservação dos bens imóveis de sua competência.

Compreende a prática dos atos inerentes à legalização, regularização, cadastro e todas as demais providências necessárias à perfeita administração do bem imóvel da União.

1.4.5 SITUAÇÃO PATRIMONIAL

É a caracterização imposta a um imóvel (terreno) cadastrado, e que se enquadra em uma das situações abaixo:

- a) não legalizada - aquele cuja proveniência do domínio, em ato jurídico, não está perfeita e acabada; o COMAER tem a posse, mas o título aquisitivo transcrito no RGI não está em nome da União ou ainda não existe;
- b) legalizada - aquele cujo título aquisitivo está transcrito no RGI em nome da União, faltando a entrega formal da SCGPU ao COMAER;
- c) regularizada - aquele cuja proveniência do domínio ou ato jurídico está perfeito e acabado; sua entrega foi formalizada em Termo de Entrega expedido pela SPU/UF; e
- d) especial - aquele que dispensa regularização por ser propriedade de outrem, isto é, não cabe a lavratura de Termo de Entrega pela SCGPU; é cadastrado no SISOP por ser utilizado por Organização do COMAER e exige a documentação que legalize a ocupação; e as benfeitorias incorporadas ao imóvel especial são, também, cadastradas no SISOP, mas não recebem a caracterização de benfeitoria especial.

1.5 ZONEAMENTO

Definição dos limites internos de um imóvel compartilhado, onde são identificadas as áreas reservadas para uso das diversas OM e/ou por Órgãos ou Operador de Aeródromo, se for o caso, que ocupem o mesmo sítio.

1.5.1 Zoneamento Administrativo

É a delimitação, consubstanciada em uma planta e documentos afins, de área patrimonial ocupada por distintas OM do COMAER.

1.5.2 Zoneamento Civil/Militar

É a delimitação, consubstanciada em uma planta e documentos afins, da área de um aeródromo compartilhada com uma ou mais OM. O sítio aeroportuário é dividido em área militar, área civil e área especial.

2 TAREFAS E ATRIBUIÇÕES

2.1 PLANO DE REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS – LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS

O Plano de Regularização de Imóveis visa orientar, de forma cronológica e sequencial, os imóveis que terão esforços dispendidos pelos Destacamentos com o objetivo de regularizá-los.

O Plano de Regularização contemplava, inicialmente, 132 imóveis na situação patrimonial “não legalizada” e 68 na situação patrimonial “legalizada”, priorizados de acordo com os critérios estabelecidos no Plano.

Posteriormente à divulgação do Plano, por meio do acompanhamento trimestral ao longo dos anos de 2019 e 2020, observou-se a redução do quantitativo total de imóveis nas duas situações patrimoniais acima citadas. Dessa forma, atualmente o Plano contempla 122 imóveis na situação patrimonial “não legalizada” e 55 imóveis na situação patrimonial “legalizada”.

2.1.1 DIRINFRA

- a) acompanhar e controlar o status da regularização;
- b) conforme a necessidade, reorientar os Destacamentos no que se refere às ações de regularização que estão sendo desempenhadas; e
- c) fornecer os meios necessários para a execução das ações de legalização e regularização dos imóveis dos Destacamentos.

2.1.2 DTINFRA

- a) realizar os levantamentos topográficos georreferenciados necessários para a regularização das matrículas, junto ao Registro de Imóvel Local e SPU/UF, dos imóveis elencados no “Anexo F”; e
- b) enviar à DIRINFRA o status da legalização e regularização dos imóveis, por meio do preenchimento da tabela anexa ao Ofício nº 1/DPI/13548, de 8 ABR 2019, até o primeiro dia útil dos meses de março, junho, setembro e dezembro de 2021.

2.2 REVERSÃO DE IMÓVEIS À SCGPU

A reversão de imóveis à SCGPU visa desincorporar as áreas inservíveis ao COMAER, por meio de tratativas com a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, ou seu equivalente. Além disso, tem a finalidade do uso racional e eficientemente dos bens imóveis da União, podendo ser destinados para a administração de outros órgãos da Administração Pública, de acordo com o disposto na DCA 87-3/2018.

Para o ano de 2020 foram elencados treze imóveis para reversão à SCGPU, aos quais foi somado um imóvel da área de atuação do DTINFRA-MN que não constava na relação divulgada inicialmente, totalizando esforços envolvendo catorze imóveis. Desse quantitativo, foram iniciadas as atividades necessárias para a reversão de seis imóveis, para os quais os respectivos Destacamentos devem prosseguir nas ações de regularização, informando à DIRINFRA oportunamente a fase em que o processo se encontra.

Para o ano de 2021, foram excluídos os imóveis cujos processos de reversão já foram iniciados, incluídos seis novos imóveis e mantidos aqueles para os quais os respectivos Destacamentos não puderam iniciar os processos de reversão no ano de 2020. A tarefa contemplará catorze imóveis, dentre aqueles listados no “Anexo D” da DCA 87-3/2018, conforme apresentado no “Anexo G”.

2.2.1 DIRINFRA

- a) consultar o EMAER sobre a possibilidade de início dos processos de reversão de imóveis à SPU/UF, com base na relação de imóveis constante no “Anexo D” da DCA 87-3/2018, para o ano de 2022, até o último dia útil do mês de outubro;
- b) acompanhar as atividades de reversão desenvolvidas pelos DTINFRA; e
- c) reorientar os Destacamentos, em caso de novas diretrizes.

2.2.2 DTINFRA

- a) iniciar os processos de reversão à SPU/UF dos imóveis elencados pela DIRINFRA, localizados em sua área de atuação, até o último dia útil do mês de abril, considerando o previsto no “Anexo G”;
- b) enviar à DIRINFRA a relação de processos em andamento, as justificativas para aqueles não iniciados e uma proposta de cronograma para os processos pendentes, até o último dia útil do mês de junho; e
- c) propor a inclusão de novos imóveis para reversão à SCGPU, quando for o caso.

2.3 TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

A DIRINFRA em reunião no EMAER, realizada nos dias 1º e 2 de agosto de 2018, recebeu a determinação da responsabilidade patrimonial de todos os imóveis utilizados pelo COMAER, em consonância com a reestruturação da FAB. Desse modo, faz-se necessária a elaboração e assinatura dos termos de transferência de responsabilidade, os quais carecem de levantamento topográfico georreferenciado, para a perfeita descrição dos imóveis, conforme preceitos da ICA 87-7/2019.

2.3.1 DIRINFRA

- a) disponibilizar a relação de imóveis para levantamento topográfico com a finalidade de transferência de responsabilidade patrimonial, quando da confecção do PCA para 2022;
- b) alocar recursos para custear as missões, seja por ajuda de custo ou diária;
- c) conferir e arquivar os termos encaminhados pelos Destacamentos, conforme evolução no cronograma; e
- d) acompanhar as atualizações do SISOP.

2.3.2 DTINFRA

- a) iniciar os levantamentos topográficos dos imóveis priorizados em até trinta dias após a aprovação da missão pela DIRINFRA; e
- b) elaborar os termos de transferência dos imóveis levantados, em até trinta

dias após o encerramento da missão.

2.4 ZONEAMENTO ADMINISTRATIVO

O zoneamento administrativo visa delimitar a área sob responsabilidade administrativa de cada OM dentro de um imóvel compartilhado por duas ou mais OM. Com o advento da DCA 19-5/2020 (Diretriz para o aprimoramento da reestruturação do COMAER - Projeto Piloto), a DIRINFRA emanou orientação por meio do Ofício 54/DPI, de 22 OUT 2020, suspendendo as atividades de zoneamento por tempo indeterminado. Tais atividades serão retomadas oportunamente, conforme as ativações dos Comandos Aéreos (COMAR).

No entanto, com o advento da DCA 19-6/2020 (Diretriz de conclusão do projeto piloto e preparação para a fase 2 do aprimoramento da reestruturação do COMAER), de 09 DEZ 2020, em que é tornado público o cronograma para implantação dos Comandos Aéreos Amazônico, Norte, Planalto, Oeste, Sudeste e Sul, a DIRINFRA e seus Elos Sistêmicos poderão retomar as atividades de zoneamento, em conformidade com o cronograma estabelecido na referida Diretriz.

2.4.1 DIRINFRA

- a) coordenar a retomada das atividades de zoneamento administrativo com base no cronograma de ativação dos Comandos Aéreos contido no anexo “A”, da DCA 19-6/2020; e
- b) efetuar as gestões necessárias junto aos Comandantes de Guarnição e ODS para apoio aos Destacamentos nas necessidades porventura elencadas na elaboração da proposta de zoneamento.

2.4.2 DTINFRA

- a) realizar as transferências de responsabilidade administrativa dos imóveis para as OM relacionadas na alínea “d”, do item 4.2.1, da DCA 19-6/2020;
- b) elaborar as propostas de zoneamento administrativo dos imóveis compartilhados por duas ou mais OM, em sua área de atuação, conforme orientação da DIRINFRA;
- c) elaborar os termos de transferência de responsabilidade administrativa para as OM contempladas nos respectivos zoneamentos, anexando-os no SISOP; e
- d) coordenar, junto às OM, as tratativas para elaboração participativa do zoneamento administrativo.

2.5 CERCAMENTO, GUARDA E MANUTENÇÃO

A responsabilidade sobre o cercamento, guarda e manutenção dos imóveis sob administração do COMAER é das OM que detém a responsabilidade administrativa do imóvel ou fração do mesmo. No entanto, a DIRINFRA em sua atuação como Órgão Central do SISPAT, possui a função de gerenciar e fiscalizar o cumprimento da regulamentação em vigor aplicada ao tema. Portanto, abaixo, são relacionadas as competências do OCSA e seus elos sistêmicos.

2.5.1 DIRINFRA

- a) analisar as necessidades de recursos dos Destacamentos recebidas no ano de

- 2020, haja vista a impossibilidade de atendimento naquele ano, referentes à guarda e à manutenção dos imóveis, até o último dia útil do mês de fevereiro;
- b) autorizar e efetuar controle das missões de inspeção, conforme PMMC e PMMD;
 - c) solicitar aos Destacamentos a atualização das necessidades de cercamento para inclusão no Plano Plurianual Obras (PPO), até o último dia útil do mês de agosto;
 - d) acompanhar as atividades desenvolvidas pelos DTINFRA nas visitas de inspeção por meio dos relatórios de visita de inspeção;
 - e) incluir as demandas orçamentárias da alínea “a”, no que couber, no PTA da DIRINFRA para o ano de 2022; e
 - f) analisar os relatórios de inspeção recebidos dos Destacamentos e adotar as providências cabíveis.

2.5.2 DTINFRA

- a) elencar as necessidades de projetos para cercamento das áreas que estão sob sua administração para inclusão no PPO, nos moldes do previsto no anexo “A”, da ICA 86-1/2005, ou a que vier a substituí-la, até o quinto dia útil do mês de agosto;
- b) enviar relação de necessidades de guarda e manutenção para o ano de 2023, conforme modelo do anexo “H”, até 06 de novembro;
- c) elaborar cronograma de inspeção anual nos imóveis administrados pelo Destacamento, até o último dia útil do mês de fevereiro;
- d) realizar visitas de inspeção nos imóveis com fins de verificar as condições de cercamento, guarda e manutenção, atualizando tempestivamente, no que couber, o SISOP; e
- e) encaminhar relatório de inspeção à DIRINFRA, em até trinta dias após a visita de inspeção patrimonial.

2.6 VISITA DE INSPEÇÃO AOS DTINFRA

As visitas ocorrerão conforme calendário a ser definido pela Direção.

2.6.1 DIRINFRA

- a) definir calendário de inspeção;
- b) elaborar *checklist* para as inspeções; e
- c) confeccionar relatórios de inspeção.

2.6.2 DTINFRA

- a) preencher, previamente à inspeção, o *checklist* enviado pela DIRINFRA;
- b) elaborar briefing a ser apresentado para a DIRINFRA, com a participação de todo o efetivo do Destacamento inspecionado, destacando:
 - principais atividades/processos em execução dos setores de Patrimônio Imobiliário;

- situação do efetivo, expondo as deficiências e possíveis excedentes; e
- situação de softwares e equipamentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.

2.7 CURSO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

O Curso de Patrimônio Imobiliário (CPATI) tem a finalidade de capacitar os militares e servidores civis que atuam no âmbito do SISPAT. A data de realização do curso seguirá o previsto na TCA 37-11 (Cursos da área do COMGAP).

2.7.1 DIRINFRA

- a) atualizar o material didático do curso de patrimônio imobiliário, até o último dia útil do mês de fevereiro.

2.7.2 DTINFRA

- a) solicitar a matrícula dos militares e/ou servidores civis indicados, até o último dia útil do mês de abril.

2.8 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

O Relatório Quadrimestral de Processos Administrativos e Judiciais dos imóveis administrados pelo COMAER, conforme previsto no item 12.5, da ICA 87-7/2019, deve ser elaborado pelo Destacamento da área, subsidiado pelas informações prestadas pela OM com a responsabilidade administrativa do imóvel objeto do processo.

2.8.1 DIRINFRA

- a) analisar o avanço dos processos em andamento na área de atuação dos Destacamentos;
- b) orientar os DTINFRA quanto aos procedimentos a serem adotados para o desenvolvimento dos processos pendentes, excluídos os casos urgentes, até dois meses, quando for o caso, após o recebimento do Relatório; e
- c) elencar, conforme necessidade prévia avaliada pelo Diretor de Infraestrutura, por meio da Subdiretoria de Patrimônio (SDP), os processos judiciais para os quais os esforços de cada Destacamento devem ser priorizados.

2.8.2 DTINFRA

- a) relacionar todos os processos administrativos e judiciais em andamento na sua área de atuação, conforme prazo previsto no Capítulo 12, da ICA 87-7/2019, até o dia 15 dos meses de abril, agosto e dezembro; e
- b) apoiar as OM nos levantamentos topográficos georreferenciados que se fizerem necessários.

2.9 MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS

Os equipamentos topográficos necessitam de manutenções periódicas em seus componentes mecânicos e eletrônicos para que a qualidade do produto final do serviço topográfico esteja de acordo com as especificações do equipamento. Dessa forma, a aferição e

a calibração são procedimentos indispensáveis para atestar que as medições estão de acordo com as especificações fornecidas pelo fabricante.

Nesse intuito, a manutenção preventiva de equipamentos tem a finalidade de mantê-los em pleno funcionamento e, conseqüentemente, possibilitar o cumprimento das atividades planejadas no desenvolvimento de um projeto. Por outro lado, a manutenção corretiva visa colocar em funcionamento o equipamento que perdeu uma ou mais funcionalidades.

2.9.1 DIRINFRA

- a) priorizar as demandas de recursos, conforme atuação de cada Destacamento;
- b) encaminhar as necessidades de recursos financeiros, conforme priorização, à Subdiretoria de Administração (SDA) da DIRINFRA; e
- c) gerenciar os processos para contratação dos serviços de manutenção de equipamentos topográficos.

2.9.2 DTINFRA

- a) consolidar a demanda de recursos necessários para manutenção corretiva e preventiva de equipamentos, até o último dia útil do mês de março, informando se a manutenção pode ser realizada na área de atuação do Destacamento; e
- b) atualizar, no SILOMS, a situação de todos os equipamentos topográficos e acessórios quanto à disponibilidade e condições de uso, até o último dia útil do mês de setembro.

2.10 ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE OBRAS E PATRIMÔNIO (SISOP)

O SISOP deve possuir o registro atualizado de terrenos e benfeitorias, conforme previsto no Cap. 5 da ICA 87-7, sendo de responsabilidade dos DTINFRA as informações referentes aos terrenos de sua área de atuação e das benfeitorias sob sua responsabilidade administrativa.

Convém destacar que, ocasionalmente, são efetuadas implementações de novas funcionalidades, correções de erros observados e melhorias em processos já existentes, conforme disponibilidade do CCA-RJ, o que pode gerar instabilidade no Sistema.

2.10.1 DIRINFRA

- a) disponibilizar um tutorial de utilização do SISOP para as funções de terreno e benfeitoria, até 30 de abril de 2021;
- b) manter gestões com a DTI e CCA-RJ para constante melhoria do Sistema; e
- c) informar ao CCA-RJ os problemas técnicos ocorridos no Sistema.

2.10.2 DTINFRA

- a) atualizar o cadastro dos terrenos sob sua área de atuação, bem como a documentação anexada (documentação dominial, complementar e plantas), além de observações relevantes (processos administrativos e judiciais em curso, desmembramentos, utilização por terceiros etc), minimizando a

necessidade de interações tempestivas entre a DIRINFRA e os DTINFRA para obter informações que podem ser disponibilizadas no Sistema; e

b) atualizar o cadastro das benfeitorias sob sua responsabilidade administrativa.

2.11 ATUALIZAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO SISPAT

Com o objetivo de melhorar os processos patrimoniais, bem como atualizá-los em relação às modificações em curso na estrutura do COMAER, faz-se necessário proceder a revisão e atualização da NSCA 87-1/2018, ICA 87-7/2019 e ICA 87-5/2011, além de motivar a revisão e atualização da DCA 87-3/2018.

2.11.1 DIRINFRA

a) motivar a revisão e atualização da DCA 87-3, até o último dia útil do mês de abril de 2021;

b) atualizar a ICA 87-5, até o último dia útil do mês de maio de 2021;

c) atualizar a NSCA 87-1, até o último dia útil do mês de agosto de 2021; e

d) atualizar a ICA 87-7, até o último dia útil do mês de setembro de 2021.

2.12 OUTRAS AÇÕES PRIORITÁRIAS NO ÂMBITO DA DIRINFRA/DTINFRA

Apesar de os processos patrimoniais seguirem, em sua grande maioria, o fluxo processual previsto na ICA 87-7/2019, conforme demanda, algumas ações pontuais se destacam devido sua relevância e prioridade. Nesse sentido, considerando os processos que tramitaram na DIRINFRA em 2020 que estão pendentes de conclusão, e são de grande relevância para o COMAER, os processos abaixo elencados poderão ser priorizados em detrimento das demais ações supracitadas:

2.12.1 DTINFRA-BE

a) CLA - prestar o apoio necessário à regularização fundiária dos tombos afetados pelas agrovilas Peru e Marudá para posterior reversão à SCGPU.

2.12.2 DTINFRA-BR

a) REGULARIZAÇÃO EM ANÁPOLIS/GO - prestar apoio técnico à PAAN e ao GAC-INFRA AN para o cumprimento das exigências técnicas da Prefeitura Municipal de Anápolis, afetas à regularização dos imóveis.

2.12.3 DTINFRA-RJ

a) SÍTIO AEROPORTUÁRIO DE NOVA IGUAÇU - apoiar na realização dos processos de permuta, nas tratativas com órgãos externos interessados no imóvel e no levantamento de informações sobre as ocupações irregulares;

b) ACT COMAER - BNDES - conforme disposto no Acordo de Cooperação Técnica.

c) LOTE 8 DO IMÓVEL RJ.012-002 (TTC) - acompanhamento dos procedimentos posteriores à notificação extrajudicial, além da guarda e segurança da área.

2.12.4 DTINFRA-SP

- a) VILA HELENA - realizar as atividades inerentes à incorporação da área localizada entre os tombos SP.015-000/SP.016-000 e SP.017-000, denominada “alameda Pamaris”;
- b) CAMPO DE MARTE - assessoria técnica nas questões afetas ao imóvel, com destaque para o processo judicial (União X PMSP); e
- c) ACT MARINHA DO BRASIL X COMAER - acompanhamento do equilíbrio financeiro do ACT e atendimento de demandas técnicas relativas aos imóveis propostos para inclusão.

2.13 PERMUTA POR OBRAS A CONSTRUIR

Para efeito deste Plano, os processos de permutas por obras a construir foram classificados de três formas, descritas a seguir:

- a) Fase preliminar à Licitação: trata-se da etapa de desenvolvimento, na qual são elaborados estudos de viabilidade do processo licitatório que consiste, entre outros atos, na realização de chamamento público com finalidade de prospectar interessados. Essa medida se justifica para mitigar a possibilidade de fracasso da futura licitação. Nessa etapa ainda são levantadas as documentações dos imóveis e feita sua regularização, elaboração de laudos de avaliação e a elaboração dos projetos das obras de contrapartida que servirão de subsídios para a formulação da portaria de autorização do CMTAER, bem como posteriormente do edital de licitação;
- b) Licitação: etapa em que o processo é enviado à unidade licitante, para realização do certame. A eles incumbe a elaboração do Edital e das demais peças exigidas, bem como a publicação da abertura do Edital, recebimento e julgamento das propostas e posteriormente a homologação e publicação do resultado; e
- c) Execução da obra: etapa que se inicia com a assinatura do Contrato de Promessa de Permuta por Obras a Construir pela empresa vencedora.

A seguir consta a relação de permutas em andamento, seus cronogramas e situação atual do processo:

a) Permuta 1

Documento Inicial: Ofício nº 4/4SC2/834, de 24 de janeiro de 2017, do EMAER, que trata do envio da relação de tombos priorizados para o processo de permuta por obras a construir.

Tombos: CE.009-000 e CE.013-000.

Valor dos tombos: R\$ 43.142.882,93 (quarenta e três milhões, cento e quarenta e dois mil, oitocentos e oitenta e dois mil reais e noventa e três centavos).

Contrapartida: Construção de 03 blocos de PNR, totalizando 144 unidades, no município de Parnamirim/RN.

Valor da Obra: R\$ 38.031.771,82 (trinta e oito milhões, trinta e um mil, setecentos e setenta e um reais e oitenta e dois centavos).

Situação: EXECUÇÃO DA OBRA - previsão de conclusão até outubro de 2021.

b) Permuta 2

Documento Inicial: Ofício nº 4/4SC2/834, de 24 de janeiro de 2017, do EMAER, que trata do envio da relação de tombos priorizados para o processo de permuta por obras a construir.

Tombos: RN.007-001 e RN.007-002.

Valor dos tombos: R\$ 6.480.000,00 (seis milhões, quatrocentos e oitenta mil reais)

Contrapartida: Construção de Infraestrutura para implantação de 05 blocos de PNR no município de Parnamirim/RN.

Valor da Obra: R\$ 5.741.447,06 (cinco milhões, setecentos e quarenta e um mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos).

Situação: EXECUÇÃO DA OBRA - Previsão de conclusão da obra: fevereiro de 2021, já incluindo o aditivo de prazo solicitado.

c) Permuta 5

Documento Inicial: Ofício nº 8/4SC4/33785, de 5 de novembro de 2019, do EMAER, que trata da autorização da Permuta 5, entre outras.

Tombos: CE.004-000, CE.010-000 e CE.014-000.

Valor dos tombos: R\$ 37.126.498,98 (trinta e sete milhões, cento e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e oito centavos).

Contrapartida: Construção de 02 blocos de PNR, totalizando 96 unidades, no município de Anápolis-GO.

Valor da Obra: R\$ 32.608.962,12 (trinta e dois milhões, seiscentos e oito mil, novecentos e sessenta e dois reais e doze centavos).

Situação: EXECUÇÃO DA OBRA - Conclusão da obra inicialmente prevista para setembro de 2021.

d) Permuta 6A

Documento Inicial: Ofício nº 4/4SC2/834, de 24 de janeiro de 2017, do EMAER, que trata do envio da relação de tombos priorizados para o processo de permuta por obras a construir; e Ofício nº 1/4SC4/32532, de 14 de agosto de 2019, do EMAER, que trata da autorização de utilização do tombo RN.034-000 nos processos de permuta.

Tombos: RN.008-000, RN.009-000, RN.010-000, RN.011-000, RN.012-000 e RN.034-000.

Valor dos tombos: R\$ 20.962.484,39 (vinte milhões, novecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos).

Contrapartida: Construção de 02 Blocos de PNR para Oficiais em Anápolis/GO.

Valor das Obras: R\$ 21.714.680,72 (vinte e um milhões, setecentos e quatorze mil, seiscentos e oitenta reais e setenta e dois centavos).

Situação: FASE PRELIMINAR À LICITAÇÃO - envio do processo para licitação está previsto para dezembro de 2021, com início das obras estimado para abril de 2021, e conclusão das obras em junho de 2022.

e) Permuta 20RN01

Documento Inicial: 3º Despacho nº 61/4SC4/49866, de 28 de agosto de 2020, do EMAER, constante do processo nº 67302.027952/2020-07, que determinou o cancelamento da Permuta 4, e o início de outro processo de permuta, utilizando os tombos da Permuta 4, mas tendo como contrapartida PNR para graduados.

Tombos: PE.014-000, PE.067-000, PE.068-000, PE.069-000 e PE.070-000.

Valor dos tombos: R\$ 14.869.349,67 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, trezentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos).

Contrapartida: Construção de 01 bloco de PNR para Graduados no Conjunto Habitacional Augusto Severo (CHAS) em Parnamirim/RN.

Valor das Obras: R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

Situação: FASE PRELIMINAR À LICITAÇÃO - envio do processo para licitação ocorrerá em agosto de 2021.

f) Permuta 20SP01

Documento Inicial: Estudos iniciados conforme orientações do EMAER, aguardando a chegada do Ofício nº 68/4SC4/47967, de 17 de julho de 2020, do EMAER, que orienta sobre o processo de permuta.

Tombos: SP.017-000.

Valor dos tombos: R\$ 62.500.000,00 (sessenta e dois milhões e quinhentos mil reais).

Contrapartida: Construção de um novo Hotel de Trânsito na Vila Helena, construção de 1 Bloco de PNR para Oficiais, na área da Av. Braz Leme e construção de 2 Blocos de PNR para Graduados, na área da Vila Vasco Cinquini, todas localizadas em São Paulo/SP.

Valor das Obras: Previsão orçamentária de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Situação: FASE PRELIMINAR À LICITAÇÃO - envio do processo para licitação em dezembro de 2021.

3 DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 O presente Plano entrará em vigor na data prevista na Portaria de sua publicação.

3.2 Os casos não previstos neste Plano serão resolvidos pelo Diretor de Infraestrutura da Aeronáutica, que determinará as ações necessárias para o devido tratamento e solução dos mesmos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria nº 674/GC3, de 05 MAIO 2014. Reformula o Sistema de Patrimônio da Aeronáutica. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 86, 09 de MAIO 2014.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria DIRINFRA nº 208-T/DPI, de 27 JUN 2019. Divulga a relação de imóveis da União administrados pelo COMAER e seus respectivos responsáveis administrativos. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 119, 10 de JUL 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria COMGAP nº 102/DINP, de 25 JUL 2019. Aprova a reedição da Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica, que dispõe sobre o Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica – NSCA 87-1/2019. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 132, 30 de JUL 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria DIRINFRA nº 288/DPI, de 8 AGO 2019. Aprova a reedição da Instrução que dispõe sobre o “Controle, Administração e Gestão do Patrimônio Imobiliário Jurisdicionado ao Comando da Aeronáutica” – ICA 87-7/2019. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 146, 19 de ago. 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria DIRINFRA nº 13/PLOP, de 8 OUT 2019. Aprova a edição do “Plano de Atividades do Sistema de Patrimônio Imobiliário do Comando da Aeronáutica para o ano de 2020” – PCA 11-350/2019. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 183, 10 de out. 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 1.399/GC3, de 9 DEZ 2020. Aprova a Diretriz que dispõe sobre a “Conclusão do Projeto Piloto e preparação para a fase 2 do aprimoramento da reestruturação do Comando da Aeronáutica”. - DCA 19-6/2020. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 1225, 10 de dez. 2020.

Anexo A - Transferência de Responsabilidade Patrimonial

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA

Ofício Circular nº 2/DPI/7854
Protocolo COMAER nº 67120.007664/2018-41

SÃO PAULO, 13 de setembro de 2018.

Do Diretor
Ao Chefes dos DTINFRA

Assunto: Transferência de Responsabilidade Patrimonial .

1. Trata o presente expediente da Responsabilidade Patrimonial dos imóveis da União jurisdicionados ao COMAER.
2. Sobre o assunto, informo a V.Sa. que a Responsabilidade Patrimonial de todos os imóveis do COMAER deverá ser atribuída ao DTINFRA da respectiva área de jurisdição, conforme entendimento obtido de Reunião ocorrida na Quarta Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica, ocorrida nos dias 01 e 02 de Agosto de 2018.
3. Considerando que é necessário fazer constar nos Termos de Transferência de Responsabilidade Patrimonial para os DTINFRA, que devem ser individualizados para cada imóvel (tombo), informações tais como: localização, limites e confrontações e processos judiciais/administrativos.
4. Considerando que há diversos imóveis sob a jurisdição do COMAER em que se têm incerteza quanto à localização exata, seja por descrições de área desatualizadas ou pela ausência da descrição.
5. Considerando que há imóveis cadastrados no SISOP na situação de "não legalizado" em que o COMAER possui, por exemplo, Decretos de Doação, Atas de Reconhecimento de Direito de Posse e Propriedade, Títulos Definitivos de Aforamento, dentre outros diversos instrumentos legais, mas não efetuou o Registro dos imóveis junto ao Cartório de Registro de Imóveis da localidade.
6. Considerando que os DTINFRA não podem receber imóveis sem conhecer detalhadamente os imbrólios possivelmente existentes, tais como processos administrativos, judiciais, invasões, bem como seus limites e confrontações.
7. Considerando que o imóvel com situação patrimonial "Regularizado" não está eximido da possibilidade de apresentar problemas, como os expostos no parágrafo anterior.
8. Considerando que a determinação para que a responsabilidade patrimonial seja atribuída aos DTINFRA é de caráter definitivo, com o devido respaldo legal a seus respectivos chefes.
9. Considerando a quantidade de imóveis da União sob a jurisdição do COMAER.

Continuação do Anexo A - Transferência de Responsabilidade Patrimonial

10. Considerando o Plano de Regularização de Imóveis da União sob a Jurisdição do COMAER, em elaboração por esta Diretoria, e que orientará os DTINFRA quanto aos imóveis prioritários para regularização, independentemente do objetivo final ser a alienação ou a manutenção sob a jurisdição do COMAER.

12. Determino a V.Sa. que no prazo de 04 (quatro) anos, a contar de 01 OUT 2018 (marco inicial), todos os imóveis do COMAER estejam sob a Responsabilidade Patrimonial dos DTINFRA, com os respectivos Termos confeccionados, assinados e publicados em Boletim Interno Ostensivo, com cópia encaminhada a esta Diretoria.

13. Os DTINFRA deverão coordenar todas as ações necessárias para a confecção dos Termos, junto às OM envolvidas, e solicitar, sempre que necessário, o apoio das mesmas para o levantamento das informações necessárias sobre os imóveis.

14. As transferências seguirão o seguinte cronograma:

14.1. No prazo de 06 (seis) meses, a contar do marco inicial, deverão ser enviados a essa Diretoria os Termos de Transferência de Responsabilidade Patrimonial dos terrenos em que não há incertezas relacionadas a imbrólios judiciais ou administrativos.

14.2. No prazo de 08 (oito) meses, a contar do marco inicial, deverá ser enviada a esta Diretoria a relação de imóveis em que não há descrição do imóvel (croqui, planta, etc.), juntamente com um cronograma detalhado que contemple custos e militares necessários para a execução dos trabalhos de levantamento topográfico e informações cartoriais para cada tombo, bem como a disponibilidade de apoio pela OM ocupante, caso haja. Estão liberadas as gestões junto aos Elos Usuários do SISPAT.

14.3. No prazo de 18 (dezoito) meses, a contar do marco inicial, deverá ser informado a esta Diretoria o status das providências relativas às Transferências de Responsabilidade Patrimonial, qual seja: levantamentos topográficos pendentes e dificuldades sua realização.

14.4. No prazo de 30 (trinta) meses, a contar do marco inicial, deverão ser enviados a essa Diretoria os Termos de Transferência de Responsabilidade Patrimonial dos terrenos elaborados até esse prazo.

14.5. No prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a contar do marco inicial, deverá ser enviada a esta Diretoria a relação final de imóveis com os Termos de Responsabilidade confeccionados, além de justificativa plausível para cada imóvel com a Transferência de Responsabilidade pendente.

Continuação do Anexo A - Transferência de Responsabilidade Patrimonial

15. Os imóveis recebidos pelo COMAER, a partir da presente data, deverão ter a responsabilidade patrimonial atribuída ao respectivo DTINFRA, por meio do Termo de Responsabilidade (Anexo R da ICA 87-7/2017, com as devidas adaptações).

Maj Brig Ar SÉRGIO DE MATOS MELLO
DIRETOR DA DIRINFRA



Anexo B - Plano de Regularização de Imóveis Jurisdicionados ao COMAER

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA**

Ofício Circular nº 1/DPI/13548
Protocolo COMAER nº 67120.013363/2019-38

SÃO PAULO, 8 de abril de 2019.

Do Subdiretor

Aos Sr. Chefe do DTINFRA-BE,
Sr. Chefe do DTINFRA-BR,
Sr. Chefe do DTINFRA-CO,
Sr. Chefe do DTINFRA-MN,
Sr. Chefe do DTINFRA-RF,
Sr. Chefe do DTINFRA-RJ e
Sr. Chefe do DTINFRA-SP

Assunto: Plano de Regularização de Imóveis jurisdicionados ao COMAER.

Referência: 1. DCA 87-3/2018.

Anexo: A. Plano de Regularização de Imóveis jurisdicionados ao COMAER; e
B. Tabela de status de ações relativas ao Plano de Regularização de Imóveis.

1. Trata o presente expediente do Plano de Regularização de Imóveis jurisdicionados ao COMAER.
2. Sobre o assunto, encaminho a V.Sa. o presente Plano para conhecimento e providências cabíveis relativas à legalização e regularização dos imóveis.
3. Ademais, solicito a V.Sa. que esta Diretoria seja informada, a cada 03 (três) meses, a contar de 1º de março de 2019, por meio de Mensagem Interna, das atualizações de *status* de legalização e regularização dos imóveis, por meio do preenchimento da tabela anexa. Não havendo atualização a ser feita, esse Destacamento deve repetir o status anterior, também via Mensagem Interna.
4. Por fim, ressalto que o referido Plano visa nortear os esforços futuros, mas não deve sobrepujar ações que já estão avançadas relativas à imóveis que, possivelmente, não estejam priorizados no Plano.

Brig Eng RAYMUNDO UBIRAJARA DA FONSECA SALGADO JUNIOR
SUBDIRETOR DA SDPL

Anexo C - Transferência de Responsabilidade Patrimonial

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA**

Ofício nº 6/DPI/18053
Protocolo COMAER nº 67120.018229/2019-23

SÃO PAULO, 20 de agosto de 2019.

Do Subdiretor Interino da SDFC
Aos Chefe do DTINFRA-BE,
Chefe do DTINFRA-BR,
Chefe do DTINFRA-CO,
Chefe do DTINFRA-MN,
Chefe do DTINFRA-RF,
Chefe do DTINFRA-RJ e
Chefe do DTINFRA-SP

Assunto: Transferência de Responsabilidade Patrimonial.

Referência: 1. Of Circ nº 2/DPI/7854, de 13 set. 2018, da DIRINFRA aos DTINFRA.

1. Trata o presente expediente de complementação ao Ofício da referência, no que se refere aos itens 14.1, 14.4 e 14.5.
2. Sobre o assunto, e especificamente em relação ao item 14.1, no intuito de mensurar as atividades previstas e executadas, solicito que esse Destacamento informe quantos e quais os Termos de Transferência de Responsabilidade Patrimonial que se encontram na situação pendentes, ou seja, os Termos em que não há incertezas quanto a imbrólios judiciais ou administrativos, entretanto ainda não foram confeccionados.
3. Ainda, em relação aos itens 14.4 e 14.5, em que pesem os prazos anteriormente estipulados, esclareço que a atividade de envio de informações a esta Diretoria deve ser contínua, conforme o desenvolvimento dos trabalhos desse Destacamento.
4. Por fim, coloco à disposição a estrutura da Divisão de Patrimônio Imobiliário desta Diretoria, para os esclarecimentos necessários, por meio do telefone (11) 3382-6117.

ALEXANDRE ALDIR SOARES PAES Cel Int
SUBDIRETOR INTERINO DA SDFC



Anexo D - Simplificação do processo de reversão de imóveis à SCGPU

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA
DIVISÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Ofício nº 9/DPI
Protocolo COMAER nº 67120.001264/2020-47

SÃO PAULO, 19 de fevereiro de 2020.

Do Subdiretor Interino da SDFC

Ao Chefe do DTINFRA-BE, Chefe do DTINFRA-CO, Chefe do DTINFRA-MN, Chefe do DTINFRA-RJ e Chefe do DTINFRA-SP

Assunto: Planejamento para Reversão de Imóveis à SPU em 2020.

Referência: 1. PCA 11-350/2019 - Plano de Atividades do Sistema de Patrimônio Imobiliário do Comando da Aeronáutica para o ano de 2020.

Anexo: A. Processo COMAER nº 67120.018548/2019-39; e
B. Relação Imóveis para Reversão à SPU em 2020.

1. Trata o presente expediente da reversão de imóveis à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SCGPU), em consonância com o previsto na DCA 87-3/2018 e no PCA 11-350/2019.

2. Informo que a DIRINFRA consultou o EMAER sobre a reversão dos imóveis planejados para o ano de 2020 e solicitou a alocação de recursos para o desenvolvimento das atividades acessórias. Tal consulta culminou na autuação do processo constante no Anexo "A", em que aquele Estado-Maior orienta a revisão da legislação aplicável ao tema, no âmbito do COMAER, e que sejam realizadas as reversões.

3. Cabe ressaltar que o subitem 8.1.4, da ICA 87-7/2019, relaciona as condições *desejáveis* para início de um processo de desincorporação, no qual está inclusa a modalidade reversão à SCGPU. Nesse sentido, solicito a esse Destacamento que seja realizada uma análise detalhada dos processos administrativos e judiciais relacionados aos imóveis que serão revertidos, contidos no Anexo "B", para que essas informações possam constar nos processos administrativos de reversão.

4. Por oportuno, esta Subdiretoria orienta que o laudo de vistoria, exigido pela SCGPU e contido na orientação do EMAER, deverá conter as fotografias, a relação e descrição das benfeitorias, juntamente com a avaliação cadastral do imóvel, realizada a menos de dois anos e o extrato do SPIUNet contendo o RIP Utilização.

5. Ademais, solicito que sejam encaminhados a esta Diretoria os planejamentos de missão para a atualização da documentação necessária, de modo que os imóveis possam ser priorizados dentre a relação do Anexo "B".

Continuação do Anexo D - Planejamento de Reversão de Imóveis à SCGPU

(FL 2/2 do Ofício interno OM nº 9/DPI - DIRINFRA, de 19 FEV 2020, Prot nº 67120.001264/2020-47)

6. Comunico ainda que os processos de desincorporação, com a documentação solicitada pela SCGPU, devem tramitar conforme o fluxograma descrito no Anexo "K", da ICA 87-7/2019.

7. Por fim, coloco à disposição a estrutura da Divisão de Patrimônio Imobiliário, por meio do telefone (11) 3382-6117, para as interações julgadas necessárias.

No Imp ALEXANDRE ALDIR SOARES PAES Cel Int
SUBDIRETOR INTERINO DA SDIC

NERINEI ALVES BATISTA Maj Eng



**Anexo E - Suspensão do Zoneamento Administrativo dos Imóveis da União,
administrados pelo COMAER**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA
DIVISÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO**

Ofício nº 54/DPI
Protocolo COMAER nº 67120.005983/2020-37

SÃO PAULO, 22 de junho de 2020.

Do Subdiretor Interino da SDFC

Aos Chefe do DTINFRA-BE,
Chefe do DTINFRA-BR,
Chefe do DTINFRA-CO,
Chefe do DTINFRA-MN,
Chefe do DTINFRA-NT,
Chefe do DTINFRA-RJ e
Chefe do DTINFRA-SP

Assunto: Zoneamento administrativo dos imóveis da União sob administração do COMAER.

Referência: 1. DCA 19-5/2020 - Diretriz para o aprimoramento da reestruturação do Comando da Aeronáutica - projeto piloto.

1. Trata o presente expediente acerca da suspensão das atividades referentes ao zoneamento administrativo dos imóveis da União, administrados pelo COMAER, prevista no item 2.4, do PCA 11-350/2019, decorrente da publicação da DCA da referência.

2. Sobre o assunto, informo que todas as atividades previstas no Plano em comento, no tocante ao zoneamento administrativo, estão suspensas por tempo indeterminado e serão retomadas apenas com a orientação desta Diretoria, em momento oportuno.

3. Sendo essas as considerações, coloco a estrutura organizacional da Divisão de Patrimônio Imobiliário desta Diretoria à disposição, para as interações julgadas necessárias, por intermédio do telefone (11) 3382-6117 e do e-mail <_dpi.dirinfra@fab.mil.br>

ALEXANDRE ALDIR SOARES PAES Cel Int
SUBDIRETOR INTERINO DA SDFC



Anexo F – Relação de tombos para Levantamento Topográfico, por DTINFRA, para o ano de 2021

DTINFRA	TOMBO	MUNICÍPIO	DESTINAÇÃO (DCA 87-3) / ESPECIAL	ÁREA (m²)
BE	MA.017-007	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.161.954,35
	MA.017-008	Alcântara	ESTRATÉGICO	914.399,50
	MA.017-010	Alcântara	ESTRATÉGICO	7.188.395,00
	MA.017-011	Alcântara	ESTRATÉGICO	344.284,60
	MA.017-012	Alcântara	ESTRATÉGICO	8.603.696,00
	MA.017-013	Alcântara	ESTRATÉGICO	5.850.065
	MA.017-014	Alcântara	ESTRATÉGICO	8.072.406
	MA.017-016	Alcântara	ESTRATÉGICO	4.201.860
	MA.017-018	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.180.055
	MA.017-019	Alcântara	ESTRATÉGICO	2.512.247
	MA.017-021	Alcântara	ESTRATÉGICO	2.581.681,25
	MA.017-022	Alcântara	ESTRATÉGICO	2.747.393,50
	MA.017-023	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.953.836
	MA.017-026	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.767.269,50
	MA.017-027	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.915.241
	MA.017-032	Alcântara	ESTRATÉGICO	5.167.165,50
	MA.017-034	Alcântara	ESTRATÉGICO	8.609.070,50
	MA.017-075	Alcântara	ESTRATÉGICO	58.275.279,75
	PA.012-000	Belém	ESTRATÉGICO	6.776,00
	PA.078-005	Belém	ESTRATÉGICO	200,76
	PA.078-004	Belém	ESTRATÉGICO	234,11
	PA.078-003	Belém	ESTRATÉGICO	251,06
	PA.078-002	Belém	ESTRATÉGICO	273,56
	PA.078-001	Belém	ESTRATÉGICO	457,07
	PA.070-003	Conceição Do Araguaia	ESTRATÉGICO	900,00
	PA.070-002	Conceição Do Araguaia	ESTRATÉGICO	2.700,00
	PA.070-001	Conceição Do Araguaia	ESTRATÉGICO	900,00
	PA.072-000	Conceição Do Araguaia	ESTRATÉGICO	6.107,40
	PA.073-000	Conceição Do Araguaia	ESTRATÉGICO	6.107,40
	PA.002-006	Belém	OPERACIONAL	316.722,14
	PA.002-007	Belém	OPERACIONAL	184.099,51
	PA.002-011	Belém	OPERACIONAL	88.815,85
	PA.039-000	Itaituba	NÃO INFORMADO	34800,00
	MA.002-000	São Luís	OPERACIONAL	113.243,46
	MA.017-001	Alcântara	ESTRATÉGICO	9.657.944,50
	MA.017-002	Alcântara	ESTRATÉGICO	3.105.067
	MA.017-003	Alcântara	ESTRATÉGICO	3.665.966,75
	MA.017-004	Alcântara	ESTRATÉGICO	2.995.532,50
	MA.017-005	Alcântara	ESTRATÉGICO	4.289.118,50
	MA.017-006	Alcântara	ESTRATÉGICO	942.637,00
	MA.017-009	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.571.962,75

BE	MA.017-015	Alcântara	ESTRATÉGICO	6.260.182,50
	MA.017-017	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.247.913
	MA.017-020	Alcântara	ESTRATÉGICO	5.179.567
	MA.017-024	Alcântara	ESTRATÉGICO	8.447.020
	MA.017-025	Alcântara	ESTRATÉGICO	7.038.083
	MA.017-028	Alcântara	ESTRATÉGICO	10.370.467,50
	MA.017-029	Alcântara	ESTRATÉGICO	5.429.505,50
	MA.017-030	Alcântara	ESTRATÉGICO	3.813.811,25
	MA.017-031	Alcântara	ESTRATÉGICO	5.734.320
	MA.017-033	Alcântara	ESTRATÉGICO	8.607.715
	MA.017-035	Alcântara	ESTRATÉGICO	5.792.864,50
	MA.017-036	Alcântara	ESTRATÉGICO	6.284.194
	MA.017-037	Alcântara	ESTRATÉGICO	9.417.200,50
	MA.017-038	Alcântara	ESTRATÉGICO	4.406.781
	MA.017-039	Alcântara	ESTRATÉGICO	3.729.036,50
	MA.017-040	Alcântara	ESTRATÉGICO	8.260.187
	MA.017-041	Alcântara	ESTRATÉGICO	8.214.715
	MA.017-042	Alcântara	ESTRATÉGICO	16.546.319,13
	MA.017-043	Alcântara	ESTRATÉGICO	944.174,88
	MA.017-044	Alcântara	ESTRATÉGICO	4.083.623,26
	MA.017-045	Alcântara	ESTRATÉGICO	330.590,75
	MA.017-046	Alcântara	ESTRATÉGICO	5.824.042,02
	MA.017-047	Alcântara	ESTRATÉGICO	2.835.035,88
	MA.017-048	Alcântara	ESTRATÉGICO	4.448.238,39
	MA.017-049	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.601.172,13
	MA.017-050	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.208.932,38
	MA.017-051	Alcântara	ESTRATÉGICO	18.767.496,20
	MA.017-052	Alcântara	ESTRATÉGICO	2.705.567,38
	MA.017-053	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.514.415,88
	MA.017-054	Alcântara	ESTRATÉGICO	3.400.404
	MA.017-055	Alcântara	ESTRATÉGICO	16.955.422,02
	MA.017-056	Alcântara	ESTRATÉGICO	3.561.081,13
	MA.017-057	Alcântara	ESTRATÉGICO	3.738.953,76
	MA.017-058	Alcântara	ESTRATÉGICO	2.095.148,13
	MA.017-059	Alcântara	ESTRATÉGICO	3.755.525,39
	MA.017-060	Alcântara	ESTRATÉGICO	19.243.322
	MA.017-061	Alcântara	ESTRATÉGICO	235.971,75
	MA.017-062	Alcântara	ESTRATÉGICO	19.746.038,38
	MA.017-063	Alcântara	ESTRATÉGICO	9.834.072,51
	MA.017-064	Alcântara	ESTRATÉGICO	80.213,01
	MA.017-065	Alcântara	ESTRATÉGICO	70.947.176,14
	MA.017-066	Alcântara	ESTRATÉGICO	14.235.579,50
	MA.017-067	Alcântara	ESTRATÉGICO	26.253.144
	MA.017-068	Alcântara	ESTRATÉGICO	2.316.573,50
	MA.017-069	Alcântara	ESTRATÉGICO	924.674,40
	MA.017-070	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.859.780,75
	MA.017-071	Alcântara	ESTRATÉGICO	16.397.540,50
	MA.017-072	Alcântara	ESTRATÉGICO	855.649,50
	MA.017-073	Alcântara	ESTRATÉGICO	4.663.810
	MA.017-074	Alcântara	ESTRATÉGICO	7.867.630,75
	MA.017-076	Alcântara	ESTRATÉGICO	2.877.414
	MA.017-077	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.203.262,50
	MA.017-078	Alcântara	ESTRATÉGICO	3.947.967

BE	MA.017-079	Alcântara	ESTRATÉGICO	10.609.417,90
	MA.017-080	Alcântara	ESTRATÉGICO	4.302.159
	MA.017-081	Alcântara	ESTRATÉGICO	2.061.256
	MA.017-082	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.001.663,50
	MA.017-083	Alcântara	ESTRATÉGICO	996.424,40
	MA.017-084	Alcântara	ESTRATÉGICO	285.894,50
	MA.017-085	Alcântara	ESTRATÉGICO	2.367.233
	MA.017-086	Alcântara	ESTRATÉGICO	3.501.557
	MA.017-087	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.105.149,75
	MA.017-088	Alcântara	ESTRATÉGICO	3.136.712
	MA.017-089	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.326.405,50
	MA.017-090	Alcântara	ESTRATÉGICO	10.601.726,50
	MA.017-091	Alcântara	ESTRATÉGICO	3.263.509
	MA.017-092	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.244.875,63
	MA.017-093	Alcântara	ESTRATÉGICO	7.460.556,25
	MA.017-094	Alcântara	ESTRATÉGICO	2.302.804,50
	MA.017-095	Alcântara	ESTRATÉGICO	3.074.480
	MA.017-096	Alcântara	ESTRATÉGICO	1.916.124,50
	MA.021-000	Alcântara	ESTRATÉGICO	97010,00
	MA.022-000	Alcântara	ESTRATÉGICO	463089,00
	PA.075-000	Benevides	ESTRATÉGICO	378252,48
	PA.077-000	Vizeu	ESTRATÉGICO	10000,00
BR	MT.011-000	Barra do Garças	ESTRATÉGICO	274423,72
CO	SC.007-002	Navegantes	ESTRATÉGICO	13.500,00
	RS.029-000	Santa Maria	ESTRATÉGICO	5.615,64
	RS.030-000	Santa Maria	ESTRATÉGICO	3.141,23
	RS.056-000	Canguçu	ESTRATÉGICO	198,14
	RS.035-000	Porto Alegre	ESTRATÉGICO	20.640,00
	RS.032-000	Taquara	ESTRATÉGICO	10.000,00
	RS.028-000	Santa Maria	ESTRATÉGICO	6.018,64
	RS.036-001	Santa Maria	ESTRATÉGICO	6.050,80
	RS.036-002	Santa Maria	ESTRATÉGICO	18.209,45
	RS.036-003	Santa Maria	ESTRATÉGICO	2.290,91
	RS.037-000	Santa Maria	ESTRATÉGICO	162.523,50
	RS.040-000	Santa Maria	ESTRATÉGICO	37.437,84
	RS.027-001	Santa Maria	ESTRATÉGICO	1.616.568,45
	RS.027-002	Santa Maria	ESTRATÉGICO	102.393,35
	RS.027-003	Santa Maria	ESTRATÉGICO	1.380.748,40
	RS.027-004	Santa Maria	ESTRATÉGICO	4.472,32
	RS.027-005	Santa Maria	ESTRATÉGICO	476.649,33
	RS.027-006	Santa Maria	ESTRATÉGICO	466.286,00
	RS.027-007	Santa Maria	ESTRATÉGICO	39.257,23
	RS.027-008	Santa Maria	ESTRATÉGICO	34.902,40
	RS.027-009	Santa Maria	ESTRATÉGICO	5.105,35
	RS.027-010	Santa Maria	ESTRATÉGICO	37.582,72
	RS.027-011	Santa Maria	ESTRATÉGICO	78.604,32
	RS.027-012	Santa Maria	ESTRATÉGICO	1.473.012,39
	RS.054-000	Canguçu	ESTRATÉGICO	25.569,00
	RS.042-000	Porto Alegre	ESPECIAL	4.243,97
	SC.024-000	Urubici	ESTRATÉGICO	3.108,35
	SC.025-000	Urubici	ESTRATÉGICO	2.222,50
	SC.026-000	Urubici	ESTRATÉGICO	22.311,87
	SC.016-003	Urubici	ESTRATÉGICO	45.447,10

CO	SC.016-001	Urubici	ESTRATÉGICO	2.432.600,00
	SC.016-002	Urubici	ESTRATÉGICO	1.200.000,00
	SC-016-004	Urubici	ESTRATÉGICO	11.663,50
	SC-016-005	Urubici	ESTRATÉGICO	2.561,10
	SC-016-006	Urubici	ESTRATÉGICO	10.305,90
	SC-016-007	Urubici	ESTRATÉGICO	24.024,30
	SC-016-008	Urubici	ESTRATÉGICO	6.863,80
	SC-016-009	Urubici	ESTRATÉGICO	13.333,70
	SC-016-010	Urubici	ESTRATÉGICO	49.504,30
	SC-016-011	Urubici	ESTRATÉGICO	16.505,00
	SC-016-012	Urubici	ESTRATÉGICO	60.208,00
	SC-016-013	Urubici	ESTRATÉGICO	10.097,60
	SC-016-014	Urubici	ESTRATÉGICO	57.954,40
	SC-016-015	Urubici	ESTRATÉGICO	39.496,70
	SC-016-016	Urubici	ESTRATÉGICO	97.156,90
	SC-016-017	Urubici	ESTRATÉGICO	848,10
	SC-016-018	Urubici	ESTRATÉGICO	88.463,90
	SC-016-019	Urubici	ESTRATÉGICO	632,50
	SC-016-020	Urubici	ESTRATÉGICO	41.490,20
	RS.050-000	Santiago	ESTRATÉGICO	6.055,75
	RS.052-001	Santiago	ESTRATÉGICO	249.507,00
	RS.052-002	Santiago	ESTRATÉGICO	240.536,00
	PR.003-000	Curitiba	ESTRATÉGICO	490,36
	PR.004-000	Curitiba	ESTRATÉGICO	837,00
	PR.005-000	Curitiba	ESTRATÉGICO	3.005,04
	PR.006-000	Curitiba	ESTRATÉGICO	6.851,98
	PR.009-000	Curitiba	NÃO INFORMADO	134,51
	PR.018-000	Curitiba	OPERACIONAL	12.148,80
	PR.027-000	Curitiba	NÃO INFORMADO	1.250,00
	PR.011-001	Foz Do Iguaçu	OPERACIONAL	6.527,50
	PR.011-002	Foz Do Iguaçu	OPERACIONAL	6.527,00
	PR.035-000	Foz Do Iguaçu	ESTRATÉGICO	10.549,29
	PR.036-000	Foz Do Iguaçu	ESTRATÉGICO	9.398,25
	PR.041-000	Foz Do Iguaçu	ESTRATÉGICO	2.120,33
	PR.042-000	Foz Do Iguaçu	ESTRATÉGICO	2.400,00
	PR.014-000	Londrina	OPERACIONAL	4.245,50
	PR.015-000	Londrina	OPERACIONAL	3.734,84
	PR.025-000	Londrina	OPERACIONAL	13.627,98
	RS.038-000	Cascavel	ESTRATÉGICO	25,37
	SC.009-002	Joinville	OPERACIONAL	133.409,00
	RS.027-000	Santa Maria (SISENG)	ESTRATÉGICO	-
MN	RO.011-000	Ji-Paraná	ESTRATÉGICO	8.837,66
	AM.002-000	Manaus	ESTRATÉGICO	58.424,44
	RR.003-000	Boa Vista	ESTRATÉGICO	79.858,41
	RR.004-000	Boa Vista	ESTRATÉGICO	1.731,85
	AC.005-000	Rio Branco	ESTRATÉGICO	1.856,00
	RO.002-000	Porto Velho	ESTRATÉGICO	91.595,96
	RO.003-000	Porto Velho	OPERACIONAL	783.732,19
	AC.003-000	Cruzeiro Do Sul	ESTRATÉGICO	34.070,23
	RO.009-000	Vilhena	ESTRATÉGICO	21.625,13
	RR.002-000	Boa Vista	ESTRATÉGICO	4.191,22
	RO.012-000	Guajará-Mirim	ESTRATÉGICO	10.000,00

MN	RO.013-000	Guajará-Mirim	ESTRATÉGICO	2.700,00
	RO.014-000	Guajará-Mirim	ESTRATÉGICO	3.000,00
RJ	RJ.051-003	Petrópolis	ESTRATÉGICO	12.391,48
	RJ.051-004	Petrópolis	ESTRATÉGICO	1.407,83
	RJ.051-002	Petrópolis	ESTRATÉGICO	281.646,69
	RJ.051-001	Petrópolis	ESTRATÉGICO	523.501,00
	MG.015-001	Belo Horizonte	ESTRATÉGICO	46.910,00
	MG.015-002	Belo Horizonte	ESTRATÉGICO	8.450,00
	MG.015-003	Belo Horizonte	ESTRATÉGICO	2.928,66
	MG.062-000	Confins	ESTRATÉGICO	9.880,00
	MG.063-000	Matozinho	ESTRATÉGICO	96.232,80
	MG.064-000	Matozinho	ESTRATÉGICO	10.091,00
	MG.065-000	Vespasiano	ESTRATÉGICO	10.000,00
	ES.004-000	Santa Teresa	ESTRATÉGICO	261.777,12
	ES.006-000	Santa Teresa	ESTRATÉGICO	14.694,25
	RJ.048-005	Petrópolis	ESTRATÉGICO	208,00
	RJ.048-001	Petrópolis	ESTRATÉGICO	2.812,00
	RJ.048-002	Petrópolis	ESTRATÉGICO	2.060,00
	RJ.048-003	Petrópolis	ESTRATÉGICO	2.004,00
	RJ.048-004	Petrópolis	ESTRATÉGICO	2.410,00
	RJ.048-006	Petrópolis	ESTRATÉGICO	1.325,00
	RJ.049-000	Petrópolis	ESTRATÉGICO	2.978,98
	RJ.050-000	Petrópolis	ESTRATÉGICO	1.647,03
NT	PE 007-000	Recife	REESTRUTURANT E	48.481,82
	PE 008-000	Recife	REESTRUTURANT E	580,89
	PI 012-000	Teresina	OPERACIONAL	472,00
	PE 009-001	Recife	REESTRUTURANT E	52.647,25
	PE 009-002	Recife	REESTRUTURANT E	65.550,78
	BA 049-001	Caravelas	OPERACIONAL	3.907.930,14
	BA 049-002	Caravelas	OPERACIONAL	2.029.476,26
	BA 050-001	Caravelas	OPERACIONAL	982.564,18
	BA 050-002	Caravelas	OPERACIONAL	2.993.559,44
	BA 050-003	Caravelas	OPERACIONAL	1.721.914,26
	PE 014-000	Recife	OPERACIONAL	5.924,75
	PE 015-001	Recife	OPERACIONAL	2.959,57
	PE 015-003	Recife	REESTRUTURANT E	17.142,55
	PE 019-000	Recife	OPERACIONAL	713,70
	PE 020-000	Recife	OPERACIONAL	720,00
	PE 021-000	Recife	OPERACIONAL	600,00
	PE 029-000	Recife	OPERACIONAL	600,00
	PE 032-000	Recife	OPERACIONAL	1.537,55
	PE 033-000	Recife	OPERACIONAL	554,40
	PE 044-000	Recife	OPERACIONAL	562,50
	PE 045-000	Recife	OPERACIONAL	555,00
	PE 046-000	Recife	OPERACIONAL	555,00
	PE 047-000	Recife	OPERACIONAL	555,00
	PE 048-000	Recife	OPERACIONAL	555,00
	PE 049-000	Recife	OPERACIONAL	896,00

NT	PE 055-000	Recife	REESTRUTURANT E	835,00
	PE 056-000	Recife	REESTRUTURANT E	1.200,00
	PE 057-000	Recife	OPERACIONAL	2.000,00
	PE 067-000	Recife	OPERACIONAL	4.800,00
	PE 068-000	Recife	OPERACIONAL	4.800,00
	PE 069-000	Recife	OPERACIONAL	4.800,00
	PE 070-000	Recife	OPERACIONAL	4.800,00
	PE 078-000	Recife	REESTRUTURANT E	73,25
	CE 027-000	Fortaleza	ESTRATÉGICO	5.953,24
	CE 003-000	Fortaleza	ESTRATÉGICO	3.357,75
	CE 005-000	Fortaleza	ESTRATÉGICO	1.625,28
	PE 002-000	Recife	REESTRUTURANT E	252.366,07
	BA 032-000	Bom Jesus Da Lapa	ESTRATÉGICO	7.650,00
	PI 007-000	Parnaíba	OPERACIONAL	50.317,33
	PI 016-001	Parnaíba	OPERACIONAL	8.016,12
	PI 018-000	Parnaíba	REESTRUTURANT E	10.000,00
	PE 004-001	Recife	OPERACIONAL	16.955,30
	PE 003-000	Recife	REESTRUTURANT E	175.238,88
SP	SP.038-001	São Roque	ESTRATÉGICO	163.000,00
	SP.038-002	São Roque	ESTRATÉGICO	30701,03
	SP.074-001	Sorocaba	ESTRATÉGICO	8.330,95
	SP.074-003	Sorocaba	ESTRATÉGICO	996,82
	SP.022-003	Guaratinguetá	ESTRATÉGICO	206.000,00
	SP.072-001	Jacareí	ESTRATÉGICO	573.629,28
	SP.072-002	Jacareí	ESTRATÉGICO	754.314,08
	SP.007-000	São Paulo	ESTRATÉGICO	500,00
	SP.008-000	São Paulo	ESTRATÉGICO	1.100,00
	SP.009-000	São Paulo	ESTRATÉGICO	600,00
	SP.010-000	São Paulo	ESTRATÉGICO	1.200,00
	SP.012-000	São Paulo	ESTRATÉGICO	300,00
	SP.017-000	São Paulo	ESTRATÉGICO	3.900,00
	SP.018-001	São Paulo	ESTRATÉGICO	1.190,03
	SP.018-002	São Paulo	ESTRATÉGICO	588,26
	SP.018-003	São Paulo	ESTRATÉGICO	598,99
	SP.018-004	São Paulo	ESTRATÉGICO	552,99
	SP.033-003	São José Dos Campos	ESTRATÉGICO	2.400,00
	SP.033-004	São José Dos Campos	ESTRATÉGICO	77,98
	SP.033-005	São José Dos Campos	ESTRATÉGICO	2.137,50
	SP.036-000	São Roque	ESTRATÉGICO	31.200,00
	SP.096-000	São Paulo	ESPECIAL	15.600,00
	SP.101-000	São Paulo	ESPECIAL	6.000,00
	SP.090-000	São Paulo	ESPECIAL	3.600,00
	SP.093-000	Campinas	ESPECIAL	800,00
	SP.094-000	Pirassununga	ESPECIAL	2.200,00

SP	SP.112-000	Salesópolis	ESPECIAL	30,00
	SP.081-001	Tanabi	ESTRATÉGICO	13.829,36
	SP.081-002	Tanabi	ESTRATÉGICO	87.723,86
	SP.081-003	Tanabi	ESTRATÉGICO	53.408,90
	SP.081-004	Tanabi	ESTRATÉGICO	39.858,46
	SP.081-005	Tanabi	ESTRATÉGICO	20.781,85
	SP.042-000	Sorocaba	NÃO INFORMADO	3.600,00
	SP.075-000	Bragança Paulista	ESTRATÉGICO	8.213,63
	SP.077-000	São Paulo	ESTRATÉGICO	2.776,88
	SP.033-001	São José Dos Campos	ESTRATÉGICO	1.568.027,70
	SP.033-002	São José Dos Campos	ESTRATÉGICO	10.354.184,60
	SP.033-007	São José Dos Campos	ESTRATÉGICO	8.711,01
	SP.033-008	São José Dos Campos	ESTRATÉGICO	157.668,34
	SP.033-009	São José Dos Campos	ESTRATÉGICO	324.756,00
	SP.033-010	São José Dos Campos	ESTRATÉGICO	8.610,00
	SP.033-011	São José Dos Campos	ESTRATÉGICO	24.200,00
	SP.033-012	São José Dos Campos	ESTRATÉGICO	648.465,40
	SP.034-000	Jambeiro	OPERACIONAL	481.612,26
	SP.035-000	São José Dos Campos	OPERACIONAL	6.643,38
	SP.047-000	São José Dos Campos	NÃO INFORMADO	81.364,02
	SP.073-000	São José Dos Campos	NÃO INFORMADO	61.506,98
	MS.016-000	Ponta Porã	ESTRATÉGICO	14.500,00
	MS.021-000	Corumbá	NÃO INFORMADO	29.906,54
	MS.022-000	Porto Murtinho	NÃO INFORMADO	1.200,00
	MS.023-000	Três Lagoas	NÃO INFORMADO	1.200,00
	SP.013-000	São Paulo	ESTRATÉGICO	481,59
	SP.048-000	Santana Do Parnaíba	ESTRATÉGICO	4.732,03
	SP.084-000	Guarulhos	NÃO INFORMADO	44.712,56
	SP.014-000	São Paulo	NÃO INFORMADO	2.400,00
	SP.106-000	São Paulo	NÃO INFORMADO	3.211,00
	SP.041-001	Bauru	NÃO INFORMADO	360,00
	SP.041-002	Bauru	NÃO INFORMADO	360,00
	SP.041-003	Bauru	NÃO INFORMADO	360,00
	SP.041-004	Bauru	NÃO INFORMADO	360,00
	SP.041-005	Bauru	NÃO INFORMADO	360,00
	SP.041-006	Bauru	NÃO INFORMADO	360,00
	SP.041-007	Bauru	NÃO INFORMADO	360,00
	SP.041-008	Bauru	NÃO INFORMADO	360,00
	SP.041-009	Bauru	NÃO INFORMADO	360,00
	SP.041-010	Bauru	NÃO INFORMADO	360,00
	SP.041-011	Bauru	NÃO INFORMADO	360,00
	SP.041-012	Bauru	NÃO INFORMADO	360,00

SP	SP.041-013	Bauru	NÃO INFORMADO	360,00
	SP.041-014	Bauru	NÃO INFORMADO	360,00
	SP.099-000	Assis	NÃO INFORMADO	8.767,43
	SP.089-000	São Paulo	NÃO INFORMADO	396,00

Anexo G – Relação de Imóveis do COMAER para início da Reversão à SCGPU, no ano de 2021

RELAÇÃO DE IMÓVEIS PARA INÍCIO DE PROCESSO DE REVERSÃO NO ANO DE 2021					
DTINFRA	TOMBO	MUNICÍPIO	RIP	ÁREA (m²)	DENOMINAÇÃO
BE	PA.002-010	Belém	0427.00867.50 0-4	2.568,32	ALA 9
	PA.053-000	Altamira	0411.00330.50 0-8	1.000.000,00	Antigo Aeroporto de Altamira - Aeródromo Desativado
	PA.060-000	Maracanã	0485.00003.50 0-3	50.000,00	Área patrimonial
CO	RS.005-000	Porto Alegre	8801.00139.50 0-1	1.330,00	Marcador médio - DTCEA-PA
	RS.006-000	Eldorado do Sul	8423.00010.50 0-5	22.582,00	Antigo VOR
	RS.007-000	Eldorado do Sul	8423.00012.50 0-6	9.225,00	Terreno rural
	RS.029-000	São José dos Pinhais	7885.00011.50 0-0	9.681,83	NDB DTCEA-CT
MN	AM.051-000	Lábrea	0251.00066.50 0-0	18.171,18	Unidade de Navegação Aérea - Antiga PANAIR
	AM.053-000	São Gabriel da Cachoeira	0283.00079.50 0-9	5.375,53	Unidade de Navegação Aérea - Antiga PANAIR
NT	PE.018-001	Recife	2531.00717.50 0-3	1.349,70	Marcador Externo
	PE.018-002	Recife	2531.00718.50 0-9	702,85	Marcador Externo
	RN.023-001	Jardim de Angicos	1707.00001.50 0-5	752.575,80	Aeroporto de Jardim de Angicos
	RN.023-002	Jardim de Angicos	1707.00002.50 0-0	180.000,00	Aeroporto de Jardim de Angicos
RJ	MG.053-000	Varginha	5413.00009.50 0-6	2.401,00	NDB Varginha

Anexo H –Relação de necessidades de Guarda, Manutenção e Segurança de imóveis do COMAER

NECESSIDADE DO DTINFRA-XX PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS BENS IMÓVEIS					
PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO					
PRIORIDADE	IMÓVEL	VALOR(R\$)	OBS.	RESPONSÁVEL ADM - OCUPAÇÃO	JUST.PRIORIDADE
Classificação ordinal (1,2,3...)	Identificação do tombo (XX.001-000)	Valor total das placas por tombo	Quantitativo de placas(4 no formato xx, 1 placa formato yy, etc)	Responsável administrativo e se o imóvel está OCUPADO ou DESOCUPADO	Justificativa da classificação ordinal da prioridade
Total placas (R\$)					

CONSERVAÇÃO					
PRIORIDADE	IMÓVEL	VALOR(R\$)	OBS.	QUEM OCUPA/DESO-CUPADO	JUST.PRIORIDADE
Classificação ordinal (1,2,3...)	Identificação do tombo (XX.001-000)	Valor total das placas por tombo	Descrever o serviço (instalação de 5 mourões, substituição de 8 metros de alambrado)	Responsável administrativo e se o imóvel está OCUPADO ou DESOCUPADO	Justificativa da classificação ordinal da prioridade
Total conservação (R\$)					

LIMPEZA					
PRIORI-DADE	IMÓVEL	VALOR(R\$)	OBS.	QUEM OCUPA/DESO-CUPADO	JUST.PRIORI-DADE
Classifica- ção ordinal (1,2,3...)	Identifica- ção do tombo (XX.001-000)	Valor total das placas por tombo	Descrever o serviço que será executado/cont ratado (valor referente a 4 caçambas/mês para retirada de entulho)	Responsável administrativo e se o imóvel está OCUPADO ou DESOCUPADO	Justificativa da classificação ordinal da prioridade
Total Limpeza (R\$)					
Valor Total Solicitado Pelo DTINFRA-xx (R\$)					